

PARECER Nº003/2025

ASSUNTO: Projeto de Lei que institui o Programa “BC Escola Imunizada” sobre a vacinação nas escolas para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas do Município de Balneário Camboriú

INTERESSADO: Vereador Eduardo Zanatta

RELATOR: Livia Ferreira Neves Firmo e Valéria Paz Arend Rosa

I - RELATÓRIO

Foi submetido a este conselho o projeto de lei com a seguinte justificativa, a criação do Programa “BC Escola Imunizada” é uma medida de extrema importância para a saúde pública no município de Balneário Camboriú. Este projeto de lei visa reforçar a participação das escolas na promoção da vacinação, reconhecendo o papel fundamental que as instituições de ensino desempenham na disseminação de informações e na implementação de práticas de saúde entre os alunos e suas famílias. Ao integrar a vacinação no ambiente escolar, garantimos que um maior número de crianças tenha acesso às vacinas essenciais, contribuindo para o aumento das coberturas vacinais e a prevenção de doenças.

Além disso, a implementação deste programa de vacinação escolar oferece um apoio significativo às atividades de vacinação, conferindo-lhes maior legitimidade e visibilidade. Ao oficializar a vacinação nas escolas através de uma lei, criamos um compromisso institucional que pode atrair recursos, parcerias, incentivos governamentais e não governamentais. Isso não só fortalece a infraestrutura necessária para a vacinação, como também mobiliza a comunidade escolar e os profissionais de saúde em torno de um objetivo comum: a proteção da saúde infantil.

Outro ponto crucial é que este projeto de lei aumenta a probabilidade de continuidade e institucionalização da vacinação nas escolas. Uma vez estabelecido por lei, o programa adquire uma base sólida que resiste às mudanças de administração e políticas governamentais, garantindo que as ações de vacinação permaneçam constantes e sistemáticas. Isso é vital para manter altas taxas de imunização ao longo do tempo e evitar surtos de doenças preveníveis por vacinas.

Ademais, ao apoiar a escola na análise da situação vacinal, o programa permite a identificação de crianças sem vacinas ou com vacinas atrasadas, facilitando a atualização de seus calendários vacinais. Com a colaboração dos profissionais de saúde, as escolas poderão realizar campanhas de

conscientização e convocar os pais para que tragam seus filhos para serem vacinados, assegurando que nenhuma criança fique desprotegida.

Por fim, a integração deste programa ao Programa Saúde na Escola (PSE) é um passo estratégico para o sucesso da iniciativa. O componente relativo à vacinação do PSE já estabelecido pode ser ampliado e fortalecido, garantindo que a vacinação nas escolas seja uma prática consolidada e eficaz. Assim, o Programa “BC Escola Imunizada” não só promove a saúde das crianças de Balneário Camboriú, mas também se alinha a políticas públicas de saúde mais amplas, contribuindo para um futuro mais saudável e seguro para toda a comunidade.

II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

A história da vacinação no Brasil vem de longa data, iniciando-se em meados do século 19, e daquele momento histórico até os dias de hoje muitas vacinas foram criadas por meio de pesquisas, contribuindo para erradicação de doenças graves como poliomielite, varíola, sarampo, paralisia, entre outras mais. A imunização por vacina ocorre em idades pré-estabelecidas e, quando não aplicada no período correto, a criança pode perder a oportunidade de imunização. Um exemplo é a vacina contra o HPV, recomendada aos nove anos de idade.

Atualmente os municípios adotaram medidas de matricular crianças e adolescentes somente mediante a apresentação de declaração vacinal, o que facilita o trabalho da escola, pois anteriormente recebia-se somente a cópia da carteira de vacinação, tornando-se difícil a conferência, haja vista que o educador não tem conhecimento específico na área da saúde.

Todas as vacinas do calendário anual de vacinação devem ser aplicadas em crianças e adolescentes matriculados na rede de educação, e este é um dever dos pais, mães e responsáveis. O estado tem a obrigatoriedade de oferecer a vacinação para conter as doenças, surtos, epidemias e até mesmo pandemias, como a do vírus SARS-cov (COVID-19) e suas variantes. No entanto, os responsáveis têm o dever de cumprir o calendário, levando seus filhos aos postos de saúde.

Ambientes escolares não devem ser confundidos com ambientes de saúde. Levar as vacinas para as núcleos e escolas representa um retrocesso nos esforços que são feitos diariamente para desvincular a educação do assistencialismo. A institucionalização das vacinas em ambientes educacionais não é o caminho mais assertivo para fortalecer o movimento nacional de vacinação.

Entendemos que o projeto por si só não garante a total cobertura vacinal, mas a cobrança da declaração vacinal em dia para matrícula é uma garantia eficaz de que os pais, mãe e responsáveis estejam cumprindo com seu dever. Os postos de saúde fornecem declaração de comparecimento a trabalhadores, além de terem espaços apropriados dentro das unidades básicas de saúde.

Os pais, mães e responsáveis precisam acompanhar o calendário vacinal e cumpri-lo, para que seus filhos não percam as etapas de vacinação recomendadas pelo Ministério da Saúde. Salvo quando a vacina estiver em falta na UBS, neste caso a declaração vacinal deve ser emitida com justificativa e a possível data da disponibilização da vacina, estabelecendo prazo para atualização do documento.

Entendemos que o papel das instituições de ensino é divulgar, incentivar, motivar as famílias quanto à imunização completa das crianças. O ambiente escolar deve ser preservado para seu objetivo principal que é o desenvolvimento de habilidades e ensino aprendizagem. A vacinação no ambiente escolar pode fazer com que as crianças, em especial da educação infantil, fiquem receosas e associem negativamente o espaço de aprender e brincar ao um local de dor ou medo.

III - CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, nos manifestamos contrários ao Projeto de Lei que institui o programa de vacinação nas escolas da rede de Balneário Camboriú. Embora reconheçamos a importância da imunização na promoção da saúde pública, entendemos que a proposta apresenta desafios operacionais e pedagógicos que podem comprometer a sua efetividade. A vacinação é uma responsabilidade das autoridades sanitárias, devendo ser realizada em ambientes adequados, com a devida autorização e participação das famílias. Dessa forma, recomendamos que eventuais iniciativas para ampliar a cobertura vacinal sejam conduzidas em consonância com as diretrizes dos órgãos de saúde, sem onerar indevidamente a rede escolar.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia 25/02/2025, deliberou pela aprovação deste parecer, conforme os argumentos apresentados.

Professora Dayane Regina Masselai

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Lívia Ferreira Neves Firmo

Valéria Paz Arend Rosa

Reladoras